



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º , DE 2021. **(Do Senhor João Daniel)**

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa para discutir o “Direito à Cidade e a Cidade de Direitos”

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvindo o Plenário, a realização de audiência pública para discutir o tema “O Direito à Cidade e a Cidade de Direitos”.

Para essa audiência convidaremos as seguintes pessoas, todas com compromisso histórico com o desenvolvimento urbano e a garantia dos direitos de todos e todas às cidades justas e incluídas:

Olívio Dutra – ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-governador do Rio Grande do Sul e primeiro-Ministro das Cidades no Governo Lula.

Lucia Falcón – Pesquisadora da RedeSist do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora visitante na Universidade de Santiago de Compostela, Professora eventual da ENAP.

Jussara Barbosa – Coordenadora Nacional da União Nacional por Moradia Popular.

Nabil Bonduki – Arquiteto Urbanista, professor universitário, escritor e ex-Vereador da Cidade de São Paulo.

Suely Araújo – Especialista em Políticas Públicas do Observatório do Clima.

JUSTIFICATIVA

Esta audiência pretende discutir os aspectos referentes aos direitos humanos, individuais e coletivos, das pessoas que vivem nas cidades brasileiras, como também das futuras gerações, que não podem contentar-se, apenas, com cidades entendidas pelo conceito de infraestrutura e equipamentos urbanos, mas, com o conjunto de relações que envolvem os indivíduos e que se devem ser estabelecidas por





um conjunto ações de combate às desigualdades e a quebra de padrões de segregação que são geradas no meio da sociedade.

Essa discussão ocorrerá em um momento de muita dificuldade que o País atravessa, com um governo sufocando os movimentos sociais, desconsiderando os direitos fundamentais da população mais pobre que, além da pandemia, sofre as consequências desastrosas de uma política econômica neoliberal que tem levado ao desemprego e a fome milhões de brasileiros e brasileiras.

Ao mesmo tempo é um momento de celebração, uma vez que neste ano se comemora os 20 anos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), criado para promover uma transformação dos espaços urbanos, de modo a democratizar o acesso de todos e todas aos benefícios da urbanização e que necessita ser urgentemente revisitado.

Também é uma data muito importante, inclusive para esta Comissão, pois faz 30 anos da apresentação do projeto de Lei de Iniciativa Popular, subscrito por mais de 1 milhão de pessoas, que foi submetida ao Congresso Nacional em 19 de novembro de 1991, tendo sido aprovada por unanimidade em todas as Comissões da Câmara dos Deputados, entre os anos de 1997 e 2001 e que resultou na Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005, instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e também o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

Sendo, portanto, a primeira Lei de iniciativa popular aprovada no Brasil, fruto Constituição de 1988.

Assim, a nossa intenção de trazer pessoas e entidades representativas, para uma ampla discussão sobre esse tema que interessa a todos e todas que defendem a democratização das cidades, a função social do solo urbano e as relações de justiça e solidariedade em seus espaços.

Solicito, portanto, a aprovação deste requerimento e a realização desta importante audiência.

Sala das Sessões, de agosto de 2021

João Daniel
Deputado Federal – PT/SE

